

A tragicomédia dos erros

A crise de comunicação entre o governo federal e o Congresso Nacional pode não passar da atoarda comum dos períodos de recesso parlamentar. É verdade que ainda falta um mês para Câmara e Senado entrarem em recesso de fim de ano. O fenômeno da ampliação exagerada dos problemas é bem semelhante àquelas “flores do recesso”, definição do ex-ministro Petrônio Portella a fatos sem importância transformados em manchetes pela crônica falta de assunto provocada pela ausência de sessões parlamentares.

Convém reconhecer o alto custo para o Erário da “generosidade” da Câmara dos Deputados na semana passada — já está sendo calculado em Cr\$ 700 bilhões, quantia nada desprezível. Mas, do ponto de vista político, é exagerado atribuir tal “generosidade” seja à rebeldia dos parlamentares seja à incapacidade do primeiro escalão do governo federal de negociar com as lideranças no Congresso. Vista com realismo, a “rebeldia” do Poder Legislativo não passa da conjunção de duas atitudes: a mágoa daqueles que foram derrotados na eleição parlamentar de 3 de outubro e a tentativa de valorizar-se dos que se elegeram para novo mandato e por isso se sentem no direito de reivindicar vantagens. O fato de a semana em que o Congresso resolveu dessangular os minguados recursos da União ter sucedido à divulgação dos resultados das urnas

não pode ser considerado mera coincidência. O Brasil inteiro conhece a incapacidade de seus legisladores de dissociar idiossincrasias do interesse público, e ninguém se chocaria com a triste realidade de o Congresso haver resolvido fazer ouvidos de mercador à lógica mais elementar, autorizando tal aumento de despesas com o funcionalismo apenas para atender à mágoa dos derrotados e à necessidade de valorização dos reeleitos.

O presidente da República está coberto de razão na resolução de trabalhar ativamente para substituir os atuais líderes das bancadas dos principais partidos governistas. Amaral Netto (PDS-RJ), Ricardo Fiúza (PFL-PE) e Gastone Righi (PTB-SP) de certa forma fugiram às responsabilidades atribuídas a eles nas votações que comprometerão o êxito do plano de estabilização econômica do governo federal — de cujo êxito toda a Nação depende. O primeiro deles chegou a se envolver num episódio grotesco com o ministro da Infra-Estrutura, Ozires Silva, por causa da nomeação de um diretor da Telerj.

O líder do PDS na Câmara vangloriou-se, durante os últimos dias, de ter em seu poder uma fita com gravação comprometedora para o ministro — tudo por não haver cedido ao



apelo de Amaral Netto para nomear um afilhado político.

O tom desabridamente desejante do líder do PDS ao se referir ao ministro da Infra-Estrutura, contudo, não obscurece o fato de que, se os condutores das bancadas governistas se comportaram abaixo da crítica, outro juízo não deve ser feito dos representantes diretos do governo federal na Câmara e no Senado. Na ausência do líder do governo, que não voltará à Câma-

ra por estar disputando eleições em seu Estado, o vice-líder fez o papel de barata tonta, sofrendo derrotas parlamentares vexaminosas para um político experiente.

Da mesma forma, não cai bem o ministro da Justiça, Jarbas Passarinho, queixar-se de ser um “general sem tropas” dentro do Congresso. S. Exa. foi nomeado justamente para comandar a articulação do governo no Congresso, e é sua função costurar apoio à política de Collor, compondo as “tropas” necessárias para tanto. De qualquer maneira, culpa maior não cabe ao ministro nem ao governo pelo fato lamentável de o Congresso continuar agindo de forma descuidada e irresponsável, merecendo o progressivo desgaste de sua imagem.

Felizmente para todos — para o Congresso

como instituição, para o governo Fernando Collor e para o Brasil —, a atual legislatura só tem mais 20 dias úteis de poder efetivo, pois, de acordo com a Constituição, ela se encerra em 15 de dezembro. A nova legislatura, a se reunir a partir de 15 de fevereiro, está sob a égide de uma renovação de mais de 60% de seus integrantes. É por isso mesmo que a crise instalada entre os Poderes Legislativo e Executivo, durante a viagem do presidente da República ao Japão, pode ser considerada como inexistente. Afinal, o Congresso “rebelde” tem seus dias contados.

A esperança — do País, do presidente Fernando Collor e do próprio Congresso, que precisa começar a se preocupar com o permanente desgaste de seu prestígio perante a opinião pública — é um comportamento parlamentar mais conveniente a ser adotado pelos membros da próxima legislatura.

Oneroso para o bolso do contribuinte, arriscado para a sobrevivência da democracia e lamentável sob todos os aspectos, o espetáculo patrocinado pelo Poder Legislativo nos últimos dias precisa ser substituído por uma atuação menos fisiológica dos congressistas, sejam eles governistas, sejam da oposição. A tragicomédia dos erros não pode continuar, sob pena de a crise deixar de ser mera atoarda passando, aí, sim, a atordiar o Brasil.